

GEOECONOMIA: UMA CRÍTICA À REPRESENTAÇÃO ECONÓMICA DOMINANTE

Regina Salvador

A existência de um mercado único de bens, serviços, capital e mão-de-obra tornou-se simultâneamente uma evidência e um axioma inquestionável para a teoria económica dominante. A globalização dos mercados mundiais apresenta-se como uma forma material determinante da inquestionabilidade teórica do pensamento económico neo-liberal. Converteu-se numa mundividência, isto é, na representação económica dominante.

Contribui para o prognóstico que vaticina o fim dos Estados nacionais. Propala-se o fim de uma era, o fim da história como espaço de conflitos.

Estas duas últimas afirmações, embora não pertençam ao discurso da teoria económica, integram-na como tendências inevitáveis ou como leis naturais inexoráveis que permitem o pleno funcionamento do mercado universal anunciado.

O completo falhanço das economias socialistas e a desintegração geo-política do Império Soviético corroboram as tendências acima mencionadas.

Contudo, o modelo reducionista da representação neo-clássica hegemónica revela fragilidades epistemológicas e carácter apologético: não resiste ao confronto com a realidade. A versão actualizada do "homo economicus" sofre sérios reveses ao se defrontar com a reconhecida presença de factores não-económicos na explanação dos

O Conceito de Representação

fenómenos económicos contemporâneos. O crescimento das economias asiáticas ou o impacto das economias paralelas, introduz dúvidas sobre o carácter unidimensional da explicação contida na teoria económica dominante.

Os seus alicerces teóricos são facilmente abalados por qualquer corrente de ar soprada pela filosofia das ciências institucionalmente aceites – Popper, Lakator, Kuhn; ou de economistas sensíveis a questões metodológicas como Wassily Leontief, Joan Robinson, Nicholas Kaldor e, mais recentemente, Paul Krugman.

Com efeito, o "consensus de Washington", nome pela qual é conhecida a fracção hegemónica do bloco de poder teoricamente dominante da galáxia neo-liberal, enquadra-se perfeitamente na definição de ideologia, consagrada pela sociologia do conhecimento.

Os vazios metodológicos e os visíveis compromissos ideológicos acabaram por chamar a atenção de membros da comunidade científica. Dentre eles destaca-se, como vimos, o Prof. Paul Krugman do MIT, conhecido pelas suas polémicas e contestação ao discurso económico dominante.

Notabilizou-se há três anos, numa discussão com os acesores do Presidente Clinton. Escreveu uma dezena de livros onde põe em causa os aspectos consensuais da explicação económica vigente.

As suas críticas são tão mais expressivas quanto elas surgem de um economista do "establishment" neo-clássico. Não se trata de nenhum radical ansioso por pôr em causa os postulados da economia de mercado. Muito pelo contrário. Possui, mesmo, sólida formação matemática. As suas críticas são, porém, contundentes. Desdobra-se em acusações às correntes dominantes, acusando-as de se afastarem da realidade empírica. Sublinha o facto da economia internacional ignorar o espaço geográfico, a localização, a distância: ela fornece pois, explicações formalmente sofisticadas, mas ilusórias e ininteligíveis.

A mundaneidade das análises de conjuntura, que ele denomina de "economia de aeroporto" ou dos "ups and downs" televisivos, competem com o excessivo formalismo matemático, denominado de "economia grega".

O regresso ao ontológico (ao "Dasein" de Heidegger), o retorno ao real empírico, numa perspectiva da complexidade e da causalidade sistémica revela a necessidade da reintrodução da problemática do espaço na explicação teórica.

Ora, a concentração da produção é um facto que se constata no quotidiano do dia-a-dia. Já na escola primária as crianças estudam

este fenómeno a partir de mapas em que as espigas de trigo assinalam as regiões agrícolas e as indústrias são representadas por fábricas de chaminés fumegantes.

Seria, pois, de esperar que a geografia económica, isto é, o estudo da "localização da produção no espaço" estivesse no centro da produção teórica da ciência económica. Mas tal não é o caso.

Veja-se, por exemplo, o mais famoso manual de economia de todos os tempos: falamos do livro "Economia" de Paul Samuelson (e W. Nordhaus) que vai já na sua 14ª.Edição. No seu índice não encontramos nem uma única referência aos termos "localização", "economia espacial" ou "geografia económica"...

Quais as causas para uma tão grave negligência, tão mais espantosa quanto vivemos num mundo cheio de investigadores procurando desesperadamente por temas de interesse?

Mark Blaug diz tratar-se de um "major puzzle" que ele atribui ao facto de a literatura tradicional nestas matérias ser alemã (Von Thünen, Launhardt, Christaller, Weber, Lösch), donde ignorada pela corrente anglo-saxónica dominante. Esta explicação é demasiado simplista, para além de não fazer justiça a, pelo menos, duas tentativas hercúleas de colocar a economia espacial no centro das atenções.

A primeiro grande tentativa deve-se a *Walter Isard*, fundador da "ciência regional". Nos anos 50, Isard traduziu para inglês quase todas as obras fundamentais da escola alemã, para além de publicar uma vasta obra original. No seu livro referência "*Location and Space Economy*", defende que é chegada a altura de a economia deixar de ser uma "wonderland of no spatial dimensions". Segundo Isard, as empresas optariam entre custos de produção e custos de transporte da mesma forma que em qualquer outro processo de maximização do lucro. Assim, a localização deveria passar a ser vista como uma variável de escolha ("trade-off") a incluir num modelo de equilíbrio geral. Contudo, Isard nunca conseguiu apresentar um exemplo de um modelo locacional de equilíbrio geral: para tal teria de levar em linha de conta mercados em concorrência imperfeita e rendimentos crescentes. Ora os instrumentos analíticos disponíveis, ao tempo, não o permitiam.

Apesar do seu insucesso na área da teoria económica, a obra de W.Isard deu origem à "ciência regional": trata-se de um domínio ecléctico que reúne um vasto conjunto de técnicas, de extrema utilidade em diversas áreas, nomeadamente para o planeamento regional.

O Conceito de Representação

Contudo, apesar do grande interesse prático da ciência regional, Isard não conseguiu torná-la num corpo teórico integrado e consistente.

A segunda grande tentativa para introduzir o elemento "espaço" na análise económica foi feita pela *"nova economia urbana"* dos anos 60 e 70. Preocupada com a estrutura espacial interna das cidades, a sua análise partia de uma cidade mono-cêntrica em que parte da população tinha de se deslocar regularmente a esse centro (CBD – "Central Business District"). Procurava-se então identificar o padrão do uso e das rendas do solo à volta desse centro, nomeadamente a partir da determinação de uma curva de equilíbrio das rendas em função das distâncias ao centro.

Trata-se, no fundo, de um "Von Thünen revisitado" com as mesmas qualidades e as mesmas deficiências do modelo original: se, por um lado, temos um quadro geral do modo como o mercado funciona relativamente ao recurso escasso "espaço", por outro lado, não temos nenhuma explicação para o aparecimento inicial do centro (CBD).

Existe ainda uma outra razão para o insucesso desta nova economia urbana. Muitas das grandes metrópoles, nomeadamente as cidades da "Terceira Vaga" (Los Angeles, Boston/Estrada 128, Seattle), evoluíram no sentido oposto ao previsto no modelo, com o desenvolvimento simultâneo de vários núcleos nas periferias.

Ora, como sublinha Paul Krugman, a questão essencial está em saber onde se vão localizar os centros urbanos competitivos, precisamente a questão que os modelos "à la" Von Thünen ignoram.

A razão fundamental de todos estes insucessos, assim como a causa para a negligência das questões espaciais por parte da ciência económica radica-se em dois conceitos básicos: o conceito de *livre concorrência* e o conceito de *rendimentos constantes à escala*.

Trata-se de duas ideias que estão profundamente enraizadas nas origens do pensamento económico.

A ideia de livre concorrência radica-se em Adam Smith e no ênfase no princípio da "mão invisível", isto é, na existência de uma estrutura que ordena o resultado das forças de mercado.

Os rendimentos constantes à escala referem-se ao caso em que uma variação de todos os factores produtivos leva a uma igual variação da produção. Por exemplo, se o trabalho, o capital, a terra e os restantes factores duplicam então a produção também deverá duplicar. Grande parte das indústrias tradicionais intensivas em mão-de-obra – o artesanato, por exemplo – apresentam, na prática, rendimentos constantes à escala.

Mas para se poder começar a analisar as questões de localização espacial tem de se abandonar estas hipóteses de rendimentos constantes à escala e de concorrência perfeita. A concentração geográfica da produção é uma demonstração clara da existência de rendimentos *crescentes* à escala: ora acontece que estes rendimentos crescentes à escala são mais difíceis de modelizar.

Ao longo dos tempos, a economia seguiu a lei do "mínimo esforço matemático": aquilo que não pode ser modelizável é ignorado. Foi o que aconteceu com a geografia económica, cada vez mais empurrada para a periferia da investigação científica.

Mas os tempos mudaram: os anos 70 e 80 assistiram à elaboração de um corpo teórico consistente em organização industrial, capaz de fornecer um conjunto de modelos de concorrência imperfeita, com rendimentos crescentes à escala.

O recurso a estes novos instrumentos de análise veio revolucionar outras áreas que "acordaram" mais cedo. É o caso da verdadeira revolução por que passou a economia internacional, que abandonou a sua tradicional explicação do comércio com base nas vantagens comparativas tipo-Ricardo, para passar a basear-se em "vantagens competitivas" largamente derivadas das economias de escala e das economias de aglomeração.

É igualmente o caso da teoria de desenvolvimento económico que, a partir do trabalho pioneiro de Paul Romer tem desenvolvido uma série de modelos inovadores que têm chamado a atenção para a importância de factores como o capital humano e o progresso tecnológico.

É pois chegado o momento de a goeconomia passar a utilizar rendimentos crescentes à escala e pôr fim ao que Kaldor chamava "the irrelevance of equilibrium economics". Uma das primeiras tentativas de construção de um modelo de equilíbrio geral com rendimentos crescentes à escala, concorrência imperfeita, custos de transporte e mobilidade de factores deve-se a Paul Krugman.

Krugman considera uma economia com vários pontos de localização (variação discreta), ainda que chamando a atenção para a possibilidade – e o interesse – de estudar a aglomeração numa economia espacial contínua. Existem dois sectores: a agricultura, geograficamente imóvel e a indústria, deslocalizável ao longo do tempo ainda que não de uma forma instantânea. A indústria integra várias empresas que produzem produtos diferenciados; a existência de rendimentos crescentes à escala garante que nem todos os produtos são produzidos

O Conceito de Representação

e assim, que cada fábrica produz apenas um único bem (na linha de Weber, cada bem é produzido numa única localização).

O problema básico para cada uma das empresas consiste então na escolha de uma localização óptima, tendo em atenção a distribuição espacial da procura e os custos de transporte.

Numa *primeira fase*, Krugman investiga a solução do problema no *curto prazo*, isto é, quando a distribuição espacial da indústria é dada. Como seria de esperar, conclui-se que algumas localizações são mais lucrativas do que outras, podendo-se medir a maior ou menor apetência das localizações através de um índice de mercado potencial.

Vejamos agora a solução no *longo prazo*. As empresas industriais deslocalizam-se para pontos mais desejados, abandonando os pontos menos lucrativos. Ao fazerem isto, alteram o mapa dos mercados potenciais, reforçando as vantagens das localizações preferidas.

O "cluster" produtivo que resulta deste processo – tipo causalidade circular ou cumulativa – pode ser visto como uma consequência de um género de economias externas "à la" Marshall.

Krugman faz ainda uma surpreendente aproximação à teoria dos lugares centrais, demonstrando com base no seu modelo, que a dinâmica espacial tende a produzir centros de aglomeração uniformemente distribuídos.

Embora o próprio Krugman reconheça que este modelo é uma primeira tentativa de incorporação do novo instrumental analítico – por exemplo, seria interessante a generalização do modelo a um número maior de sectores deslocalizáveis – ele é, certamente, uma indicação categórica da inversão de tendência da geografia económica.

Conclusões

A geoeconomia, com a retomada da "localização e da distância" como variáveis explicativas, revitaliza a explanação da teoria económica. O seu advento deverá produzir resultados similares aos das contribuições da história económica e das variáveis dinâmicas de Marshall para a teoria clássica.

O recurso ao novo instrumental matemático disponível capaz de formalizar as questões económico-espaciais não abre o flanco à ideologia dominante que se refugia nas matemáticas para fugir às explicações da realidade económica concreta.

Assim, à visão de Antonio Machado de que "Caminante, no hay camino, se hace el camino al andar" contrapomos a alegoria heideg-

geriana dos caminhos do lenhador ("holzwege"). Há que desenhar mapas que nos ajudarão na travessia da floresta, afastando-nos dos "caminhos que não nos conduzem a lugar nenhum".

Ou, como disse noutro contexto Galileu: "Há que ler no livro da natureza, mas com os olhos da matemática".

A geoeconomia fornecerá as escalas e as coordenadas, convertendo-se numa hermenêutica capaz de proporcionar resultados eficazes.

Abstract

The "homo economicus" version suffers from the confrontation with the recognized presence of non-economic factors in the explanation of contemporary phenomena. Its theoretical basis is easily shaken by any puff blown by the philosophy of science (Popper, Lakator, Kuhn); or by economists sensible to methodological issues (W. Leontief, J. Robinson, N. Kaldor and, more recently, P. Krugman). The return to ontological (Heidegger's "Dasein") reveals the need to introduce location issues into theoretical explanation. The theoretical revolution on industrial organization models of the 70's and 80's finally provides a set of analysis tools that allows the introduction of "location and distance" into economic theory. Geoeconomics should bring similar results to those of Marshall's dynamic analysis revolution.